
O FENÔMENO DA EXPANSÃO DE SENTIDO:
PROBLEMAS QUE APRESENTA PARA A TEORIA DA GRAMÁTICA

ZINDA VASCONCELOS*

RESUMO

Questiona-se a possibilidade de uma teoria semântica formal explicar os fenômenos de expansão de sentido inerentes à diferenciação do significado lexical em acepções e a validade de uma “divisão de trabalho” entre teoria semântica e teoria pragmática que possa, alternativamente, dar conta deles. Trata-se das questões da delimitabilidade do significado lexical, da sua independência ou não em face da cognição e de fatos de cristalização histórico-cultural de significações, bem como da sua tradutibilidade através de parâmetros elementares e finitos.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão de sentido, significado lexical, teoria da Gramática.

VISÃO DO SIGNIFICADO NAS TEORIAS SEMÂNTICAS FORMALISTAS

Nas concepções formalistas da linguagem, geralmente se compreende que o componente semântico das gramáticas deveria dar conta do significado de palavras e de sentenças de um modo independente das línguas e da cognição. Os significados são concebidos como representações mentais especificadas numa metalinguagem universal inata de caráter puramente formal, que faria parte do dispositivo de aquisição da linguagem.

Com isso, essas concepções não necessariamente se afastam da visão denotativista dominante na chamada semântica modelista, originada da lógica simbólica, que vê os significados como denotações de “estados de coisas” do mundo, condições para a verdade de sentenças. Apenas acentuam o papel da mente na determinação das dimensões possíveis da representação do mundo, escapando assim em parte à ingenuidade filosófica de pressupor a identidade *a priori* dos objetos e fenômenos

* Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

dele. O que censuram na semântica modelista em sua forma pura não é a concepção reificada que faz dos significados, mas o fato de fazer a teoria semântica depender diretamente dos estados de coisas do mundo, potencialmente infinitos, tornando impossível explicar como os significados seriam aprendíveis por uma mente finita.

Assim, adaptando para a semântica os mesmos pressupostos utilizados em sintaxe, postulam que infinitas representações de estados de coisas do mundo seriam formáveis pela combinação de um elenco de primitivos inatos finitos de acordo com um sistema de regras ou princípios também inatos e finitos. Explica-se assim a ênfase da teoria semântica não no estudo das significações efetivamente construídas nas diversas línguas, mas sim na busca dos primitivos e das regras de combinação dessa metalinguagem semântica última, que, sendo inata, seria portanto independente das línguas e da experiência humana, tanto individual como coletiva.

Decorrente dessa perspectiva mentalista e formalista é a pressuposição de serem as representações semânticas ou atômicas, sem estrutura (correspondentes então a um dos primitivos do alfabeto inato), ou, quando complexas, totalmente predizíveis a partir dos princípios algorítmicos de geração de representações semânticas admitidos. Aceita-se no máximo, como fruto de acidentes históricos, a existência de algumas representações complexas não formadas regularmente, que seriam assim puramente arbitrárias e convencionais. Disso resultou a utilização, para representar essa composicionalidade, de instrumentais metodológicos compatíveis com a teoria dos conjuntos, ou seja, o uso de “categorias clássicas”, baseadas no caráter necessário e suficiente de determinadas propriedades, correspondentes aos símbolos atômicos últimos. Posteriormente, na modelagem das representações semânticas propostas, preferiu-se usar como instrumental linguagens mais baseadas no cálculo sentencial de predicados.

Mas em ambos esses tipos “algébricos” de representações sugeridas, não há lugar: para categorias básicas, mas complexas, de natureza gestáltica (o que seria possível se admitida a ação da interação com o mundo, sobretudo através da percepção, na geração de representações semânticas);¹ nem para categorias “prototípicas”, cujos membros são caracterizados por determinadas propriedades, mas cuja categorização não decorre automaticamente da presença ou ausência delas (categorias

essas que a pesquisa empírica provou serem as típicas do processo de categorização humana em todas as outras áreas da cognição); nem para a ação da convenção social, e das heurísticas “imaginativas” da cognição (como a metáfora e a metonímia, por exemplo) na formação de categorias e representações; nem para construções explicáveis com base em certos princípios, mas não automaticamente predizíveis por eles. Não há lugar, em resumo, para o conceito de motivação, convencional ou não, diferente do de determinação.

Também se explica pela preocupação com a finitude do alfabeto e dos princípios de combinação postulados a separação proposta entre “dicionário” e “enciclopédia”, ou seja, entre tais propriedades “definicionais” do significado dos itens lexicais e outras propriedades “secundárias” (normas de uso, “sentidos figurados” ou “conotações”) acaso a eles associadas, as quais não fariam, então, parte da semântica, mas apenas da pragmática – ou seja, não teriam um caráter plenamente lingüístico, reduzindo-se antes a meros conhecimentos dos usuários.

ALGUNS PROBLEMAS DE PRINCÍPIO DESSAS CONCEPÇÕES

No meu entender, essas concepções levaram a teoria semântica a uma direção equivocada, e são responsáveis pelo relativo fracasso das várias tentativas de descrição semântica já efetuadas sob a sua inspiração. Elas desconhecem a importância, para a constituição de significados, do aspecto histórico e criativo da cognição humana, que não é um fenômeno transcendental aistórico, enfiado – por Deus? – nos genes da espécie, mas uma construção coletiva de comunidades em circunstâncias históricas e ambientais dadas. Ignoram também o papel da própria função de denominação da linguagem, que, ao associar aos produtos da cognição um instrumental significante, permite que eles possam adquirir alguma “fixidez de existência”, erigindo-se assim em significados, menos efêmeros, e mais socialmente partilháveis, que as meras representações mentais de um sujeito biológico. Materialidade significante também indispensável para que as conceptualizações elaboradas passem por sua vez a servir de matéria, simultaneamente significante e conceitual, e de modelo – numa criação progressiva também dos princípios de formação – de novas conceptualizações (ver sobre isso a nota 4). E o enriquecimento lexical proveniente dessa função de

denominação também se dá num processo coletivo e histórico, do qual resultam as diversas línguas, “tesouros depositados pela prática da linguagem no corpo social”, na elucidativa formulação de Saussure.

Um problema de princípio que aqui interessa particularmente é o fato de tais concepções não poderem dar conta da geração do novo no plano semântico. Com efeito, ao propor uma teoria semântica baseada apenas numa metalinguagem inata, independente da cognição e do processo histórico e coletivo de construção de significações que se realiza nas diferentes línguas, e ao recusar assim o papel, na constituição de significados, por um lado da interação com o mundo, e, por outro, da “massa de signos” já dados e de procedimentos de associação entre eles progressivamente estabelecidos,² essas concepções na verdade propõem que a matéria biológica já traga consigo toda a potencialidade de representação lingüística do conhecimento humano do universo, atual e futuro, absurdo patente a não ser admitindo-se a atuação da causa final de Aristóteles.

Normalmente se nega a existência desse problema, alegando-se que, como no caso da geratividade sintática, a combinação de um elenco finito de primitivos segundo princípios de formação também finitos permitiria gerar os infinitos significados novos necessários para expressar as situações a representar, potencialmente infinitas. Porém o que geralmente não se considera, dessa perspectiva, é a falta de paralelismo entre a criação de novas significações e a geratividade sintática.

Esta só muito improPRIAMENTE pode ser denominada de criatividade, já que não gera infinitas estruturas realmente novas, diferentes entre si em natureza, mas permite apenas a recursão infinita de um pequeno elenco de padrões básicos (tipos de sintagmas e de cláusulas), governados por poucos princípios de formação. Esse poder gerativo é suficiente para as exigências que a expressão simbólica coloca ao plano do significante, pois ela não necessita de que as estruturas significantes a serem formadas tenham tais e quais características qualitativas próprias, pedindo apenas que sejam infinitamente geráveis e que sejam analisáveis. Mas os significados a serem gerados têm de permitir a captação e a representação de novos aspectos da realidade, fruto de inovações no mundo real ou do desenvolvimento cognitivo. Têm assim de ser pelo menos relativamente adequados aos conteúdos a exprimir, não bastando que constituam uma combinação nova de primitivos preexistentes, que

não leve em conta os aspectos novos dos conceitos. Mesmo admitindo-se que haja dimensões necessárias para qualquer representação possível, sobra sempre um resíduo impossível de eliminar.

A meu ver, a inadequação dessas concepções semânticas não é apenas de princípio, e sim também uma questão empírica: o modo como concebem os significados não corresponde à forma como, efetivamente, a linguagem natural constrói significações. Como a entendo, a linguagem é um dispositivo de expressão simbólica a serviço sobretudo da emergência e consolidação dinâmica de significações, responsável pela própria constituição de significados, que não são mais do que cristalizações residuais desse processo criativo. Mas essas concepções a reduzem a um mero mecanismo de manifestação de significados potencialmente existentes *a priori*, pelo menos enquanto resultado provável da combinatória dos primitivos dados, e ontologicamente autônomos, quer em relação ao conhecimento de mundo do falante ou de sua comunidade lingüística, quer com respeito aos significantes a que vêm associados, dos quais só necessitariam para a expressão ou a identificação. Dentro desse quadro de referência, mostram-se praticamente inexplicáveis as propriedades mais marcantes dos itens lexicais do ponto de vista semântico: o seu caráter não só fluido, por não serem geralmente detectáveis as condições necessárias e suficientes que delimitam o seu uso, como também cambiável, as freqüentes extensões de sentido causando nas línguas naturais uma polissemia generalizada, que torna difícil a própria delimitação das palavras enquanto unidades significativas, distintas de puros vocábulos fonológicos e sintáticos.

Com efeito, se os itens lexicais são considerados como manifestações de conceitos semanticamente delimitados, já que correspondentes a combinações específicas de primitivos, fica difícil explicar por que seriam fluidas as condições do seu uso. Também não se explica por que as inovações conceituais, em vez de sempre receberem corpos significantes próprios – o que seria de esperar, caso se tratasse apenas de “atualizações” de conceitos potencialmente preexistentes, a ser meramente “apresentados” por um significante –, na maioria das vezes tomam emprestado o significante de conceptualizações já formadas, mudando ou estendendo o significado dos itens lexicais em questão e causando assim a polissemia generalizada característica das línguas naturais.

No entanto, tanto o caráter fluido quanto a mutabilidade semântica dos itens lexicais seriam facilmente explicáveis caso não se concebiam significados de um modo reificado, como “entidades” que tenham qualquer forma de existência *a priori* antes de sua expressão numa língua. Acredito, ao invés, que essa expressão, em vez de se reduzir a uma mera “vestimenta significante” dada a um conceito, é fruto de um ato criador por excelência, que, fazendo uso de heurísticas cognitivas gerais (generalização, especialização, comparação etc.), de faculdades “imaginativas” (como a metáfora, a metonímia e a transposição de esquemas de imagens), de experiências e conhecimentos adquiridos, e de modelos e relações associativas existentes na língua, efetivamente constrói uma nova conceptualização, criando um efeito de significação novo que não estaria automaticamente previsto por um sistema de princípios combinatórios já dado – mesmo se tal criação possa e deva basear-se parcialmente em processos e mecanismos já existentes na língua. De uma perspectiva que não veja o processo de emergência da significação como a interpretação algorítmica de uma estrutura especificada em termos puramente formais, o conceito de motivação não precisa confundir-se com o de determinação, podendo-se admitir que, na construção da significação no discurso, possa surgir pelo menos algo de inerentemente novo, livre e que dependa de uma contribuição ativa do falante. Novidade que, após seu uso se ter convencionalizado, viria a ter por sua vez a existência consolidada enquanto conceptualização ou processo de expressão já disponíveis no sistema.

A meu ver, a intervenção necessária da cognição (da interação com o mundo a esta subjacente...) e do sistema da língua no recorte sempre mutável e na consolidação de significados aponta para o fato de não ser assim tão pacífica a existência de uma teoria semântica geral, e, portanto, questiona também a própria possibilidade de existência de uma metalinguagem última (seja a da lógica, seja o “mentalês”) que possa ser utilizada na escrita de representações semânticas adequadas para as palavras e sentenças das línguas naturais.

Por isso escolhi como foco de interesse o fenômeno da expansão de sentido dos itens lexicais, e seus correlatos, como a polissemia e a fluidez semântica desses itens, que resultam de tal expansão. A idéia que me inspira é a de que essa expansão causa problema não só para a delimitação do significado dos itens lexicais, mas sobretudo para a

possibilidade de especificação de representações semânticas para eles, pelo menos por meio de uma metalinguagem formal inata independente das línguas e da cognição.

PROBLEMAS CONCRETOS NA DESCRIÇÃO DE ACEPÇÕES LEXICAIS

Em Vasconcellos (1992) e Vasconcellos (1995), examinei a descrição, realizada por vários dicionaristas da língua, das acepções do que, em princípio, é considerado um único item lexical, o verbo *passar*. Procurei mostrar os problemas em que as caracterizações dos dicionaristas incorrem, mas não com o objetivo de crítica, e sim para mostrar que eles são inevitáveis, decorrem exatamente do modo como a linguagem natural constrói a significação, o que não parece ocorrer segundo uma gramática totalmente determinável, nem a partir de parâmetros muito bem definidos.

Baseei-me na hipótese de que as diferentes condições de uso e efeitos de sentido obteníveis com as palavras, correspondentes às suas acepções, fazem parte da competência lexical dos falantes. Estes sabem quando aplicar ou não os termos que conhecem e os diversos efeitos de sentido que podem obter com o uso desses mesmos termos em diferentes circunstâncias (e isso mesmo com as palavras ainda “em estado de dicionário”, ou seja, antes do uso efetivo e fora de um contexto real). As acepções não se reduzem, assim, a meros efeitos pragmáticos do discurso, mas são autênticos fatos de língua – embora talvez a parte dos fatos de língua mais variável de falante para falante, porque dependem em alto grau da experiência discursiva e extralingüística dos falantes.³

Parti também do princípio de que as descrições dos dicionários seriam ao menos relativamente adequadas no que diz respeito à captação dos fatos de língua em questão. Os dicionaristas poderiam ser vistos como corporificações de um falante ideal que conheça todas as condições de uso dos termos e, sobretudo, todos os seus efeitos de sentido com algum grau de cristalização social, para além de efeitos de sentido possíveis no discurso, mas altamente dependentes da situação e do contexto de um texto específico, e dos que seriam particulares a poucos falantes.

Na realização do seu trabalho, os dicionaristas precisam resolver três tipos de problemas. Em primeiro lugar, de delimitação: devem decidir, dados alguns exemplos de usos do termo, se constituem ou não acepções

diferentes. Em segundo, de identificação e caracterização diferencial: devem caracterizar cada uma das diferentes acepções e deixar claro em que diferem. Finalmente, de adequação descritiva: as descrições apresentadas devem ser suficientes para permitir o reconhecimento das acepções por um leitor que conheça a palavra; a aquisição ou extensão do seu uso por um que não a conheça; e a classificação dos usos encontráveis segundo as acepções descritas. A meu ver, as dificuldades encontradas por eles na realização dessas tarefas refletem problemas reais quanto à delimitabilidade e especificabilidade dos efeitos de sentido correspondentes às acepções, e permitem lançar luz sobre a representabilidade semântica dos itens lexicais, ou seja, sobre a existência ou não, na realidade empírica dos fatos de significação, de parâmetros claramente definidos que caracterizem o significado dos termos, e sobre terem ou não esses parâmetros uma natureza formalizável. Seu exame deveria especialmente permitir tentativas de respostas a duas questões.

A primeira diz respeito a se há um número finito de acepções, se as acepções são claramente delimitáveis entre si, se têm o estatuto de unidades discretas do plano do conteúdo, ou se, ao contrário, formam um contínuo de ramificações de efeitos de sentido cada vez mais finos e cruzados entre si. Trata-se de uma questão implicada com a própria natureza dos significados lexicais: são eles determináveis e delimitáveis de uma vez por todas, ou são sempre mais ou menos “estendíveis” para abarcar novos efeitos de sentido possíveis e novas condições de uso dos termos? Nessa última hipótese, todo ato de denominação teria, como pretendia Nietzsche, uma natureza essencialmente figurada, e a função poética da linguagem seria a base de toda representação possível.⁴

Já a segunda questão a ser respondida indaga se os parâmetros caracterizadores e diferenciadores das diversas acepções podem ser claramente identificados e determinados, se têm uma natureza discreta que permita a sua colocação em correspondência com símbolos de uma metalinguagem formal, ou com combinações desses símbolos.

Na análise da caracterização das várias acepções de *passar* nos dicionários consultados para tentar responder a essas questões, vi que, apesar de toda a cópia que fazem uns dos outros, os dicionaristas diferem não só no número de acepções que reconhecem, mas sobretudo nas delimitações feitas ou não e nas caracterizações apresentadas; e que, do ponto de vista da adequação descritiva, as descrições oferecidas

para as acepções, se são em geral suficientes para um leitor que conhece bem o uso do verbo, não permitiriam a um que não o conheça, ou não em todas as acepções, saber quando usá-lo. Os dicionaristas nem conseguem caracterizar rigorosamente as acepções, nem delimitá-las coerentemente.

No que diz respeito à caracterização, isso acontece porque os usos do verbo correspondentes a cada acepção ocorrem tipicamente, mas não necessariamente, em certas circunstâncias. Quando os dicionaristas incluem essas circunstâncias não necessárias nas definições, estas se tornam mais restritas do que as reais condições que governam o uso do verbo na acepção caracterizada; quando não incluem nenhuma delas, as definições ficam amplas demais, impedindo que se possa, com base nelas, classificar os possíveis usos do verbo segundo as acepções apresentadas. No entanto, um leitor que conheça bem o uso do verbo consegue identificar as acepções descritas e captar e restringir adequadamente as circunstâncias em que o verbo é usado em cada uma. As definições, sobretudo com o auxílio dos exemplos e dos “falsos sinônimos” oferecidos,⁵ sugerem ao leitor que circunstâncias são essas, mas não por uma aplicação estrita do seu conteúdo: cumprem o seu papel não por restringir por si só as condições de uso do termo, mas por suscitar no leitor conhecimentos que ele já tem sobre esse uso. As diversas partes da descrição restringem a acepção cumulativamente, mais por sugerir características adicionais no quadro mental que o leitor vai construindo do que por especificar condições que tenham de ser satisfeitas para que se possa dizer que um dado uso do verbo é uma instância daquela acepção.

Do ponto de vista da delimitação, muitas das definições oferecidas a rigor servem para mais de uma acepção. O que ocorre é que as várias acepções do verbo não representam situações necessariamente diversas, mas em muitos casos apenas correspondem a diferentes perspectivas de representar a mesma situação. Disso resulta que, muitas vezes, a mesma frase pode ser instância de várias acepções, dependendo da ênfase em tal ou qual aspecto do conteúdo comunicado.

Por outro lado, do caráter não necessário das condições que caracterizam o uso do verbo nas suas diversas acepções e do grande número dessas condições, bem como do modo complexo de sua interação e interdependência, resulta uma multiplicidade talvez inumerável de possibilidades de adequação parcial, e em diferentes graus, das situações

de uso do verbo às condições típicas caracterizadoras das acepções. Daí a extrema dificuldade de delimitar estas últimas: não basta a especificação de todas essas condições, seria necessária também a de todas as possíveis relações entre elas, relações que, para complicar, na maioria das vezes têm um caráter gestáltico.

Ou seja, resumindo: não só um mesmo uso do verbo pode ser instância de mais de uma acepção, como pode sê-lo em diversos graus. De tudo isso resulta uma absoluta falta de critérios objetivos para determinar: a) que grau de diferença nos efeitos de sentido obtidos e nas condições de uso justifica considerar os eventuais empregos do verbo como acepções diferentes; e b) que tipos de diferença são importantes o suficiente para determinar a distinção de acepções. Observando as delimitações feitas pelos dicionaristas, vemos que nem sempre os critérios usados coincidem, seja no que diz respeito aos parâmetros utilizados, seja no fato de certas subdivisões serem efetuadas ou não. Até em um único dicionário, o mesmo parâmetro que leva à separação de duas acepções não provoca a subdivisão dos usos englobados numa outra, apesar de eles apresentarem entre si a mesma diferença em relação àquele parâmetro.

CONCLUSÕES SOBRE A NATUREZA DO SIGNIFICADO LEXICAL EXTRAÍVEIS DOS PROBLEMAS DESCRITIVOS MENCIONADOS

Das observações acima pode-se concluir algo sobre o estatuto teórico do conceito de acepção. O caráter pluridimensional das acepções, não perfeitamente delimitável nem definível, não parece justificar sua reificação enquanto entidades teóricas bem definidas. Acepções são efeitos de sentido obteníveis no discurso que se expandiram de algum modo e com isso se cristalizaram, passando assim a fazer parte da competência dos falantes. Podem ser consideradas como fatos da língua, vista esta na realidade externa do seu uso social, mas não seriam um tipo de unidade da língua, entendida como sistema abstrato resultante apenas de uma parametrização dos princípios de uma gramática universal inata, ou algo do gênero. E, ao que tudo indica, isso deve ser dito a respeito dos significados lexicais como um todo, cuja fluidez semântica é a causa das dificuldades encontradas pelos dicionaristas: o permanente movimento de expansão (às vezes de restrição) do significado lexical

que subjaz à existência de acepções faz que aquele possa sempre abranger novos casos de uso, ou referir-se apenas, num uso concreto, a um subconjunto das situações que o termo poderia em princípio representar.

Aqui é necessário levantar uma objeção possível. Das dificuldades dos dicionaristas com a descrição de acepções, que revelaram sua fluidez e indelimitabilidade, bem como sua intradutibilidade por meio de parâmetros bem definidos, cheguei a conclusões sobre a inespecificabilidade de representações semânticas não para essas acepções, mas para os significados lexicais como um todo. Poder-se-ia objetar que a existência de acepções reflete questões ligadas ao uso dos termos, é um fenômeno discursivo que deveria ser estudado pela pragmática, mas os significados seriam um fenômeno de estrutura semântica, que seria prévia ao discurso e independente dele.

No entanto, se as acepções são efeitos de sentido obteníveis com o uso de um termo, de duas, uma. Ou o significado do termo tem uma relação com as acepções dele, seja lá como for que se conceba essa relação (por exemplo, vendo o significado como conteúdo abstrato subjacente a todas as acepções, ou como “média” ou somatório das acepções), e nesse caso a indelimitabilidade e a incharacterizabilidade das acepções implicam que os significados lexicais são indelimitáveis e incharacterizáveis. Ou se teria de dizer que os significados lexicais são não apenas diferentes dos efeitos de sentido construídos no discurso, como também que não têm nada a ver com estes. Nesse último caso, até se poderia dizer que sejam especificáveis e formalizáveis, mas estaríamos diante de uma teoria semântica que não tem nada a dizer sobre o modo como se cria a significação através do uso da linguagem, o que me parece de muito pouco interesse. Isso sem falar no problema colocado pela evolução semântica: como explicar a mudança no significado das palavras sem admitir que haja pelo menos uma relação, um canal de comunicação, entre tal significado e o seu uso delas no discurso?

ESPECULAÇÕES SOBRE A TEORIA DA GRAMÁTICA SUSCITADAS
PELAS QUESTÕES EXPOSTAS

Gostaria agora de levantar e examinar algumas soluções que a teoria da gramática poderia oferecer para dar conta do fenômeno da expansão de sentido, e em especial como ela poderia permitir esse “canal

de comunicação” entre o significado das palavras e o uso, que me parece necessário para salvar a própria existência de um nível de estrutura semântica.

Uma possível saída para esse problema me é sugerida por algumas considerações de Jackendoff (1983) sobre o fato de a categorização na linguagem precisar dar ensejo à criação não só de conceitos para novos exemplares de tipos preexistentes, mas inclusive para conceitos de novos tipos, e sobre o fato de a estrutura semântica da linguagem – que ele chama de estrutura conceitual – ser ligada por regras de correspondência com os componentes da mente onde estariam representados os resultados da percepção e os *inputs* para o sistema motor. Para ele, a estrutura conceitual seria o nível onde representações originadas de outras modalidades sensoriais e do sistema motor seriam “traduzidas” em conceitos passíveis de ser expressos pela linguagem.

Sendo assim, por que não admitir que a estrutura conceitual possa “aprender”, enriquecendo-se com os novos conceitos formados a partir da experiência dos falantes ou da comunidade lingüística, levando em conta, inclusive, fatores de ordem cultural, circunstâncias em que certos fenômenos normalmente ocorrem, e até mesmo condições de uso dos termos? Só que não vejo como essa “aprendizagem”, esse enriquecimento da estrutura conceitual, poderia ser codificado através do uso dos primitivos oferecidos por Jackendoff (1976, 1983, 1987 e 1990) para a construção de representações semânticas.

Uma outra alternativa ainda seria manter a estrutura semântica mais “neutra” e, a partir daí, tentar gerar o sentido das diversas acepções a partir de regras imputáveis a um novo componente atribuído à teoria da gramática, o pragmático. Repare-se porém que admitir um componente pragmático numa teoria da gramática de índole formal é especialmente problemático, e na verdade significa apenas deslocar os problemas com que nos defrontamos de lugar.

Em outros tipos de teorias, bastaria admitir que o uso da língua não é uma terra de ninguém onde tudo pode ocorrer, mas que também é governado por regularidades explicitáveis, ou seja, aceitar a existência de um tipo de “gramática do discurso”. No que diz respeito à existência de acepções para palavras, isso implicaria admitir que os fenômenos de expansão de sentido não são aleatórios, mas obedecem a certos princípios, o que soa bastante razoável à intuição: mesmo se as extensões de sentido

não têm um caráter rigorosamente previsível, dificilmente são totalmente aleatórias. Salientam-se, antes, por seu caráter “natural”, “motivado”, seja em função do que conhecemos sobre o mundo e a sociedade, seja por analogia com outros fenômenos conhecidos. Em especial, as metáforas e metonímias que tão freqüentemente causam extensões de sentido não são específicas para cada termo em que ocorrem, mas costumam ser muito recorrentes no léxico como um todo e obedecer a algumas condições.

Porém uma teoria formal da gramática exigiria que as regras do componente pragmático fossem inatas e, além disso, que funcionassem algoritmicamente a partir da estrutura semântica das sentenças (embora pudessem ser talvez facultativas). De novo não haveria lugar para a influência do conhecimento de mundo e para a ação da convenção social na geração das acepções, as quais também não têm o caráter totalmente predizível que uma tal teoria exige. Além disso, resta o problema da natureza dificilmente formalizável dos sentidos correspondentes às acepções: como, por exemplo, a partir dos símbolos discretos usados pela estrutura semântica, o componente pragmático poderia derivar o caráter gestáltico de algumas acepções?

Finalizemos com algumas especulações. A inexistência de uma teoria semântica geral é explicitamente defendida pela teorização sobre a emergência da significação na linguagem da psicanálise francesa de inspiração lacaniana, que veio a ler na obra de Saussure exatamente o inverso do que nela é enfatizado pela tradição vigente em lingüística. Os lingüistas observam na obra sobretudo a importância atribuída aos conceitos de signo e de língua (enquanto sistema fechado e coerente, delimitável no tempo e no espaço), e também ao de arbitrário do signo. Já a psicanálise lacaniana privilegia, ao invés, o relevo dado por Saussure à tendência, tão claramente manifestada nos fenômenos da analogia e da etimologia popular, a estabelecer um paralelismo entre semelhanças e diferenças de significante e de significado: a “ação do espírito” que “se insufla numa matéria dada e a vivifica”, “se apodera desta diferença material [falando de alternância fortuitamente resultante de mudança fonética] para torná-la significativa e fazê-la portar a diferença conceitual” (SAUSSURE, 1969, p. 122 e 218).

Tal tendência à motivação relativa seria a origem da faculdade de associação que Saussure diz desempenhar o papel principal na organi-

zação das línguas enquanto sistemas. Segundo essas concepções psicanalíticas, o “sistema da língua”, formado pelos grupamentos sintagmáticos e associativos originados daquela tendência, não teria realidade em si mesmo, como parece crer Saussure. Seria antes uma criação sempre renovada, um produto potencial e provisório, sempre mutável, dessa propensão a fazer corresponder, ao jogo formal do significante, um recorte progressivamente feito da experiência: o sistema e seus grupamentos estariam perpetuamente se constituindo e se refazendo à medida que outras relações e proporções (no sentido matemático desses termos) sejam projetadas sobre a língua enquanto “tesouro depositado pela prática da linguagem no corpo social”. Tesouro que, em vez de ser visto como “massa de signos”, como em Saussure, seria antes considerado como depósito de significantes, levada em conta, porém, a cristalização histórico-social dos usos desses significantes, que constitui aquilo que Saussure chama de convenção.

Assim, a tendência à motivação seria, na verdade, a própria faculdade de linguagem a que Saussure se refere, a faculdade de criar línguas, isso é, não tanto a de formar signos, como é geralmente compreendida, mas a de, contrariando o princípio do arbitrário,⁶ pôr em correspondência significantes e significados, fazer nascer, das relações entre significantes, a significação. Ou seja, em palavras de Wahl (1972, p. 439-440):⁷

J. Lacan propose de prendre à la lettre la barre de l’algorithme signifiant/signifié, c’est-à-dire de l’entendre comme une `barriere résistante à la signification’, et marquant non pas un passage mais le fonctionnement propre (le jeu formel) du signifiant; fonctionnement réductible à des lois combinatoires [...], irréductible à des lois de `contenu’ ou de sens [...] ...ce sont ces lois, en elles-mêmes dépourvues de sens, qui régissent l’ordre du sens: le signifiant est, dans ses découpages et combinaisons, déterminant pour la genese du signifié. [...] le signifiant a fonction active dans la détermination des effets ou le signifiable apparait comme subissant sa marque, en devenant par cette passion le signifié.

Levadas às últimas conseqüências, tais concepções implicam a inexistência de uma teoria semântica, mesmo não inata ou universal. O “significável” seria visto como inefável e flutuante por natureza, inerentemente dependente de intensões significativas, contextos e situações

infinitamente variáveis, sem organização interna própria. Significados lexicais só se constituiriam como unidades reconhecíveis por força da associação de partes de certas significações globais típicas a dados significantes. Seriam assim produtos históricos e sociais da cognição coletiva, resultado de uma “cristalização” dos diversos usos dos significantes associados. Mas não teriam um conteúdo bem específico e determinado, não seriam unidades sempre iguais a si mesmas. Daí sua fluidez, sua capacidade de “estender-se” quando o mesmo material significante fosse utilizado para exprimir novas situações. Extensão sempre necessária em algum grau a cada novo uso, dadas exatamente a infinitude e a novidade intrínsecas de cada nova situação, só passível de ser conceptualizada por analogia com as já reconhecidas e significadas – o que seria também, para a psicanálise lacaniana, uma consequência do abismo existente entre a ordem do simbólico e a do real, aquela querendo sempre captar e exprimir esta, mas só podendo fazê-lo “pela metade”.

Repare-se que, dessa perspectiva, faz sentido falar-se de algo semelhante à “autonomia da sintaxe”, ou melhor, de línguas enquanto aparelhos formais. Isso seria admitir, por um lado, a existência de um conjunto de princípios e parâmetros que rejam as estruturas significantes utilizáveis por uma língua humana, e, por outro, a possibilidade de descrever o “quase-sistema”, o subconjunto desses princípios e a atualização desses parâmetros característicos das estruturas significantes de uma língua dada num momento dado.

Porém, ao mesmo tempo, uma língua não se reduz a um aparelho puramente formal, nem esse conjunto de princípios e parâmetros pode ser, em si mesmo, identificado com a faculdade de linguagem. Falta-lhe o essencial desta, ou seja, a capacidade de estabelecer um laço entre as línguas enquanto conjuntos de estruturas assim geráveis e representações da experiência coletiva de comunidades humanas, permitindo que as situações vivenciadas pelos membros dessas comunidades encontrem expressão através das palavras e construções de sua língua. Assim, não nos parece conveniente passar da reificação do significado à do significante. Como, assumindo-se o realismo filosófico, o mundo, apesar de não ser um “já dado”, tem uma estrutura material própria, que é parcialmente captável pelos homens, os quais, por sua vez, têm necessidades basicamente comuns e são dotados do mesmo esquema corporal e dos mesmos aparelhos perceptual, mental e motor (capazes, portanto, de

um tipo de interação com o mundo semelhante no fundamental), não parece impossível encontrar as fundações para a teoria semântica geral a partir das regularidades da experiência e da cognição humanas, mesmo se, assim, essa teoria não possa ser dada como totalmente universal, mas deva ser considerada pelo menos parcialmente dependente das diferentes culturas e línguas.

Além disso, a inexistência de uma metalinguagem totalmente constituída não implica a de alguns princípios gerais de construção de estruturas conceituais, em particular a de certas “classes ontológicas” de significados possíveis (como as de “ações”, “coisas”, “qualidades” etc.) e a de certos tipos básicos de relações semânticas entre elementos (como as de “complementação”, “restrição”, “quantificação” etc.). E é também provável que haja princípios de correspondência entre tais classes e relações semânticas com dados tipos de estruturas significantes. O interesse das sugestões que vêm sendo propostas por Jackendoff reside nesse tipo de princípios, embora o compromisso desse autor com o paradigma formalista ponha certas limitações nos resultados a que tem chegado. Mas nada obsta a que representações como as que ele tem proposto realmente formem o “esqueleto” do significado das palavras, esqueleto que teria de ser preenchido com constituintes cognitivos não inatos. Estes poderiam, inclusive, já levar em conta os resultados da função de denominação da linguagem, ou seja, já ser representados, na estrutura conceitual, sob a forma de palavras da língua.

Uma conseqüência, porém, da aceitação dessas hipóteses especulativas é o abandono da idéia de que as representações da linguagem formem um módulo mental separado do restante da cognição. Ou então, alternativamente, poder-se-ia manter a idéia da modularidade da mente, e a da “máquina da linguagem” ser um módulo próprio, desde que, à maneira dos estruturalistas pós-bloomfieldianos, rejeitemos a semântica para fora do módulo da linguagem, com o qual a estrutura semântica só estaria ligada por meio de “regras de correspondência”.

RÉSUMÉ

L'article questionne si une théorie sémantique formelle, ou une “division de travail” entre théorie sémantique et théorie pragmatique, peut expliquer les phénomènes d'expansion de sens inhérents à la différentiation du signifié

lexical en acceptions. Il aborde encore les questions: de la délimitation des signifiés lexicaux; de son indépendance vers la cognition et des faits de consolidation historique de significations; de la possibilité de les traduire par moyen de paramètres élémentaires et finis.

MOTS-CLÉS: Expansion du sens, signification lexicale, théorie de la grammaire.

NOTAS

1. JACKENDOFF (1983, 1987 e 1990) vem propondo uma concepção de estrutura conceitual ligada por regras de correspondência com os componentes da mente onde estariam representados os resultados da percepção e os *inputs* para o sistema motor, a qual, em princípio, poderia admitir essa interação da estrutura conceitual com a percepção. O problema é que essas declarações de princípio não se materializaram sob a forma de especificações concretas de como a estrutura conceitual poderia codificar essas saídas dos componentes sensoriais da mente. Seguramente isso não poderia ser feito com o tipo de metalinguagem que o autor vem propondo para a escrita de representações semânticas. Na verdade, no item 1.7 (JACKENDOFF, 1990), ele termina por aliviar a estrutura conceitual desse problema, propondo que a entrada lexical das palavras que representem conceitos com conteúdo perceptual tenha uma ligação direta com as próprias representações perceptivas, o que, na prática, em certos casos – como os de *pato* e *ganso* por ele aventados –, equivale a expulsar do significado lexical quase todo o conteúdo realmente diferenciador do conceito representado.
2. Da tendência à “motivação relativa”, de que nos fala Saussure.
3. Um gerativista poderia objetar que se trata de fatos de “língua-E” (língua externa), mas não de fatos de “língua-I” (interna), os únicos relevantes para a teoria. Mas o que estou questionando é exatamente que as representações mentais dos significados lexicais que os falantes tenham sejam formadas exclusivamente com base num sistema de princípios inatos para a formação de estruturas conceituais, e que nelas não interfiram os fatos históricos de cristalização social de significações que seriam próprios da língua-E (além das experiências com o mundo do próprio falante).
4. O fenômeno da conotação, do modo como é entendido por Hjelmslev e Umberto Eco, isto é, o fato de uma palavra já constituída, com seu significante e seu significado, ser tomada como significante para a formação de novo conceito, dá a idéia de como a função de denominação da linguagem pode ter seu poder de representação enriquecido pela função poética: não só

cada nova palavra permite por sua vez a formação de outras dela morfológicamente derivadas, como também permite a criação de novos efeitos de sentido por extensão figurada do seu uso. Nesse sentido, a “massa de signos” da língua se mostra realmente um “tesouro”, ou seja, um capital que gera novas significações como rendimentos, ora sob a forma de novos conceitos expressos por novas palavras e expressões formadas a partir das já existentes, ora sob a forma de novos efeitos de sentido baseados nesses termos preexistentes.

5. Esses “falsos sinônimos” não são verbos que têm um significado necessariamente próximo ao significado básico de *passar*, muitos deles não sendo nem mesmo verbos de movimento: fora do contexto da definição e dos exemplos da acepção descrita, é até difícil imaginar em que sentido equivalem a *passar*. Mas podem ser usados para se referir às mesmas situações a que *passar* se refere naquela acepção, e são incluídos na sua descrição exatamente para sugerir certas condições típicas dessas situações, mas dificilmente formuláveis de um modo definido. O mesmo papel têm os exemplos. Muitas vezes, apenas pela leitura deles o leitor pode captar e restringir adequadamente as situações em que o verbo é usado naquela acepção: os exemplos e os falsos sinônimos ajudam o leitor a formar um quadro mental das situações mais típicas em que esse uso ocorre.
6. Desse ponto de vista, o arbitrário não seria uma propriedade dos signos tomados isoladamente, mas sim um conceito que traduziria a diferença de natureza, a autonomia originária do plano do significante, tomado enquanto tal, em relação à significação, principal causa, segundo Saussure, da fluidez dos signos, por permitir em princípio qualquer relação entre a matéria fônica e as idéias.
7. Essas citações são difíceis de traduzir sem perda, por causa dos jogos de palavras contidos em algumas delas; eis sua tradução aproximada: “J. Lacan propõe que compreendamos ao pé da letra a barra do algoritmo significante/significado, quer dizer, que a entendamos como uma ‘barreira resistente à significação’, e que marca não uma passagem mas o funcionamento próprio (o jogo formal) do significante; funcionamento redutível a leis combinatórias [...], irredutível a leis de ‘conteúdo’ ou de sentido [...]; ... são essas leis, em si mesmas desprovidas de sentido, que regem a ordem do sentido: o significante, nos seus recortes e combinações, é determinante para a gênese do significado; [...] o significante tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como submetido à sua marca, tornando-se por essa paixão [passividade/submissão] o significado.”

REFERÊNCIAS

- JACKENDOFF, R. Toward an explanatory semantic representation. *LI*, v. 7, n. 1, p. 89-150, 1976.
- _____. *Semantics and cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- _____. The status of thematic relations in linguistic theory. *LI*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987.
- _____. *Semantics structures*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*, 3. ed. Paris: Payot, 1969.
- VASCONCELOS, Z. Descrição do significado lexical em dicionários: problemas que suscita para a teorização semântica. In: CONGRESSO DA ASSEL, 1. *Anais...* Rio de Janeiro: ASSEL, 1992. p. 327-333.
- _____. *O processo da expansão de sentido e a questão da (ir)representabilidade semântica*. 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.
- WAHL, F. Autour d'une critique du signe. In: DUCROT & TODOROV. *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Seuil, 1972. p. 438-442.